

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

BUDGETARY PLANNING IN PUBLIC POLICY IMPLEMENTATION

Fabian Pereira Rodrigues¹
Jeferson Luís Lopes Goularte²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia, eficiência e efetividade dos poços artesanais comunitários em Quaraí, RS, como política pública para garantir o acesso à água potável na zona rural do município por meio do planejamento orçamentário. Na revisão da literatura são abordados os conceitos de políticas públicas e planejamento orçamentário. A metodologia do estudo é de natureza aplicada, descritiva, abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando o estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental de documentos oficiais, entrevistas semiestruturada com os gestores públicos, questionários aplicados aos moradores beneficiados. Para os dados coletados foram analisados de forma interpretativa, incluindo as análises dos documentos, entrevistas semiestruturada e dos questionários que foram organizados em tabelas e calculados em porcentagens para fazer a comparação e verificação de padrões nos resultados. Os resultados, quanto ao fornecimento de água potável, indicaram melhorias significativas na qualidade de vida, além da redução dos gastos, prevenção de doenças e fortalecimento dos vínculos comunitários. Além disso, observou-se que os poços artesanais ajudaram as famílias a permanecer no campo, além de diminuir a dependência das chuvas, caminhões-pipa e deslocamentos à cidade para adquirir água potável, também facilitando o trabalho na lavoura e na criação de animais. Conclui-se que o resultado alcançado e a continuidade de programas voltados aos recursos hídricos dependem do uso responsável dos recursos públicos e da participação contínua da população nas decisões, proporcionando ganhos duradouros ao meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Orçamentário; Política Pública; Água Potável; Poços Artesianos; Zona Rural.

ABSTRACT: This study aims to evaluate the efficacy, efficiency, and effectiveness of community artesian wells in Quaraí, RS, as a public policy to guarantee access to potable water in the municipality's rural area through budgetary planning. The literature review addresses the concepts of public policy and budget planning. The study methodology is applied and

¹ Graduado em Administração pela Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.573-634, Fone (55) 3967-1700. E-mail: fabianpr2009@gmail.com

² Doutorado em *Ciencias de la Educación* pela *Universidad Nacional de Rosario*. Professor na Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.573-634, Fone (55) 3967-1700. E-mail: jefersonlgoularte@gmail.com

descriptive in nature, employing a qualitative and quantitative approach, and utilizing a case study methodology. Data collection was carried out through documentary research of official documents, semi-structured interviews with public managers, and questionnaires administered to the beneficiary residents. The collected data were analyzed interpretively, including analyses of documents, semi-structured interviews, and questionnaires, which were organized into tables and calculated as percentages to allow for comparison and verification of patterns in the results. Regarding the provision of drinking water, the results indicated significant improvements in quality of life, as well as reduced expenses, disease prevention, and strengthened community ties. Furthermore, it was observed that artesian wells helped families remain in the countryside, in addition to reducing dependence on rainfall, water trucks, and trips to the city to obtain drinking water, also facilitating work in agriculture and animal husbandry. It is concluded that the results achieved and the continuity of programs focused on water resources depend on the responsible use of public resources and the continued participation of the population in decision-making, providing lasting benefits to rural areas.

KEYWORDS: Budgetary Planning; Public Policy; Drinking Water; Artesian Wells; Rural Area.

1. INTRODUÇÃO

Imagine-se morador da zona rural, onde, ao acordar todas as manhãs, a única opção para saciar a sede é uma água de açude, misturada com barro e sujeira, que precisa ser fervida ou purificada com sujos todas as vezes que precisar usar a água para matar as bactérias. A mesma fonte de água que serve para saciar a sede dos animais, é também usada para todas as necessidades da propriedade, comprometendo a saúde e bem-estar da família. Torna-se necessário seu filho que mora na cidade, levar água potável, diante da precariedade do acesso e da escassez hídrica agravada nos períodos de pouca chuva. Essa é a realidade que uma família enfrenta diariamente no interior do município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul, em que há convivência com insegurança e dependência de políticas públicas que possam garantir o direito fundamental à água. Com a Resolução nº 64/292, aprovada em 28 de julho de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a água e o saneamento são direitos humanos fundamentais (Organização das Nações Unidas, 2010). Os Estados são obrigados a assegurar que o acesso seja universal, seguro e constante à água potável, incluindo as comunidades rurais que demandam de uma atenção especial.

Young (2018) explica que, muitas vezes, nas decisões de reuniões e conselhos com a participação da população nem sempre é levado a sério pelo governo. Sendo assim, deve ser compreendido que esses espaços são importantes para que as pessoas opinem e também formem decisões sobre temas como o uso da água potável e que a opinião delas seja considerada na

tomada de decisão do governo. Portanto, ajudar a criar diálogo e trocar experiências deveria estar presente em qualquer relação entre a população e o governo. Para a autora, é difícil e demorado colocar a sociedade de verdade dentro das decisões sobre a água. É preciso ter paciência e também uma forma diferente de participação popular, incluindo a forma de pensar.

É possível afirmar que as políticas públicas só ganham sentido real quando se materializam por meio dos instrumentos de planejamento orçamentário. É a partir deles que as ações do poder público deixam de ser apenas intenções e se transformam em iniciativas concretas, com benefício direto na vida da população. No caso do acesso à água, por exemplo, isso significa levar dignidade a comunidades que ainda enfrentam a escassez, mostrando que políticas bem planejadas e financiadas são capazes de transformar realidades.

Para garantir a execução de políticas públicas, existe uma ferramenta essencial para que intenções políticas se transformem em ações concretas, o Plano Plurianual (PPA), que é uma garantia que os investimentos públicos estejam organizados de forma mais planejada e voltada para o bem-estar da população. Segundo Andrade (2010), os programas criados no âmbito do PPA devem estar voltados para atender demandas reais da sociedade, sendo estruturados a partir de um diagnóstico dos problemas existentes.

No PPA do município de Quaraí, RS, para o período de 2022 a 2025, que foi aprovada pela Lei nº 3.845/2021, foi criado o Programa Água para Todos e a implementação da ação de Assistência Financeira e Material aos Pequenos Produtores Rurais que visa contemplar a perfuração de poços artesianos. Ainda, respaldada por essa lei, têm como objetivo principal apoiar o fornecimento de recursos hídricos às comunidades rurais. Sob a coordenação da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal, o programa tem um custo total estimado de R\$ 1.131.021,39 (Quaraí, 2021). O projeto dos poços artesianos pode ser visto como projetos voltados à melhoria na sociedade, este corresponde diretamente a uma necessidade básica da população. Ao organizar essas ações dentro de um programa específico, o governo tende a ampliar a eficiência da sua gestão, para assegurar uma maior transparência e reforçar o bem-estar coletivo.

No município de Quaraí, RS, a Prefeitura Municipal, desde 2022, tem implementado políticas públicas que são voltadas ao acesso à água através de perfurações de poços artesianos, que tem por meta, a melhoria de vida de moradores da zona rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Quaraí possui uma área territorial total de 3.139,995 km², e é um dos maiores municípios do Rio Grande do Sul em extensão territorial. Em 2022, a população era de 23.500 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,704. Além disso, o município depende

majoritariamente de receitas de transferências de outros entes, e segundo os dados do IBGE, em 2023 correspondia a 85,66% do orçamento municipal (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). Todos esses dados ajudaram a evidenciar a importância de investimentos, inclusive, na melhoria da infraestrutura hídrica, especialmente para atender à população rural.

Nesse contexto, o benefício na vida dessas comunidades na zona rural é essencial, sendo fundamental soluções estruturais para minimizar a escassez de água que afeta muitas famílias. Apesar dos investimentos públicos em infraestrutura hídrica, há desafios relacionados à construção e manutenção dos poços artesianos, além da garantia da qualidade da água fornecida. Assim, surge o objetivo da pesquisa de avaliar a eficácia, a eficiência e a efetividade dos poços artesianos comunitários em Quaraí, como política pública para garantir o acesso à água potável na zona rural do município por meio do planejamento orçamentário.

Essa pesquisa se justifica em entender como a gestão da água é feita nas áreas rurais e de que forma isso pode ajudar a melhorar as políticas públicas, beneficiando na vida das pessoas que moram nessas localidades. O tema se torna relevante quando se observa os dados que o IBGE divulgou em 2023 informando que 93,4% dos domicílios urbanos têm acesso à rede de abastecimento de água, esse número cai para 32,3% nas zonas rurais do país (Gomes; Britto, 2024). Isso ajuda a deixar claro o quanto as áreas rurais ainda têm desafios em relação ao acesso à água potável nessas comunidades, que muitas são afastadas da zona urbana.

Há uma ineficiência no fornecimento de água por parte da rede pública, fazendo com que a população encontre outras maneiras de obter uma fonte de acesso à água. Neste aspecto, Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) podem aparecer a partir de barreiros, água proveniente de carros pipa, que também são usados pelos animais, fazendo com que internações hospitalares apareçam, necessitando de medidas governamentais para melhorias no acesso aos recursos hídricos apropriados (Oliveira *et al.*, 2017).

Santos (2023), no estudo feito no Nordeste, a falta de chuva é vista como a principal razão do porquê muitas pessoas ainda não têm acesso à água potável. No entanto, ele destaca que há problemas nos fatores sociais e políticos em muitos locais dessa região, o que torna o problema ainda mais complexo do que pode parecer. Entretanto, para ajudar a resolver essa questão, é preciso ver as reais necessidades da população como um todo de uma forma mais clara. Assim, é perceptível que mais políticas públicas devem ser criadas para o meio rural, seja em nível local ou microrregional.

Nesse sentido, as comunidades que são contempladas para receber os poços artesianos, necessitam ter a conscientização sobre o uso exacerbado da água, pois, como foi mencionado, pode haver economia financeira e melhoria no dia a dia. Entretanto, é essencial, sobretudo, que

haja sensibilização por ser um bem comunitário, e ter o entendimento de que o poço pode secar por excesso da vazão e capacidade de recarga do lençol freático, além de ter o risco de danificar o equipamento de bombeamento e entupimento nos filtros.

Esta pesquisa contribuirá para compreender como as comunidades rurais lidam com os desafios da escassez de água e como o comportamento das pessoas é influenciado pelo comportamento das políticas públicas. Por fim, o estudo visa contribuir para a visibilidade do tema de pesquisa, aproximando-se da realidade das pessoas que realmente precisam de assistência.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são abordados os conceitos de políticas públicas e planejamento orçamentário.

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas direcionadas às comunidades rurais requerem uma atenção específica sobre suas vulnerabilidades e necessidades. Secchi, Coelho e Pires (2020) salienta que os políticos têm um papel importante nas políticas públicas, pois ajudam a identificar os problemas existentes da sociedade e a decidir quais ações o governo deve adotar. Em Quaraí, o estudo de caso, pretende entender a decisão do investimento em poços artesianos, que só foi possível porque houve vontade política e também o apoio dos representantes públicos. Mas os políticos não atuam sozinhos: os técnicos e servidores, implementadores da política, da prefeitura são fundamentais para colocar os projetos em prática. São eles que acompanham o dia a dia da execução, ajudando a garantir que o planejamento realmente aconteça. Por outro lado, os *policytakers*, ou seja, as pessoas que recebem os benefícios, como os moradores das comunidades mais inacessíveis, nem sempre são apenas receptores passivos. Muitas vezes, eles opinam, cobram e ajudam a melhorar a política, seja em reuniões, conversas com gestores ou até mesmo pela internet. Isso acaba acontecendo dentro de uma rede de políticas públicas, formada por pessoas de diferentes áreas que se juntam para resolver problemas coletivos. Essa rede pode ser formada por líderes das comunidades, servidores públicos, secretarias, moradores e outro grupo que queira colaborar com o bem comum.

Conforme Secchi, Coelho e Pires (2020), o problema público é a diferença entre a situação atual e uma realidade ideal que seja possível, desde que uma situação como essa seja

percebida como relevante por um número significativo de pessoas. No contexto de Quaraí, a escassez de água potável nas áreas rurais deixa de ser um desafio de apenas um problema individual para se tornar um problema coletivo, pois beneficia diretamente a saúde, a dignidade e a qualidade de vida das famílias. Nesse sentido, essa percepção social e política é o que justifica a ação do Estado por meio de políticas públicas, como o projeto de perfuração de poços artesianos comunitários.

A participação da sociedade nas políticas públicas é fundamental, principalmente quando se trata de saciar direitos básicos, como o acesso à água. No entanto, como lembra Perez (2006), essa participação precisa ser real e autônoma, pois quando a população apenas participa para validar decisões já tomadas pelo governo, sem a devida consulta popular, perde-se o sentido democrático. Além disso, sem controle e transparência, existe o risco de ter interesses pessoais para sobrepor ao bem coletivo. Outro desafio visível é quando as decisões são feitas sem qualquer base técnica, movidas apenas por pressões ou vontades políticas, o que pode acabar comprometendo a efetividade das ações. Para que projetos como o dos poços artesianos tragam resultados duráveis, verifica-se a importância de unir ao saber da comunidade com o conhecimento técnico, assim garantindo espaços legítimos de diálogo e decisão.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica é uma representação da inovação na gestão pública da água por ter a promoção do diálogo entre governo, usuários e sociedade civil. Segundo Granziera (2006), as competências abarcam desde o debate sobre o uso dos recursos hídricos até a aprovação e acompanhamento dos planos de bacia, que ajudam a definir as metas, prioridades de uso e critérios de cobrança. No entanto, a atuação técnica e política procura garantir a efetividade das ações em nível local. A diversidade na representação dos comitês, que tem presença de entes federativos, usuários e organizações civis, assegura com legitimidade nas decisões e corresponsabilidade entre os atores. No contexto rural, como acontece no caso de Quaraí, esse modelo participativo serve de inspiração para políticas públicas de acesso à água, fortalecendo uma futura gestão integrada e com participação comunitária. Nesse sentido, as decisões referentes à perfuração de poços artesianos acabam sendo contempladas por comitês, ajudando a ampliar o alcance das ações deliberativas e, por conseguinte, reforçando o papel estratégico dessas instâncias na gestão local dos recursos hídricos.

Entretanto, a execução de políticas públicas para o abastecimento de água potável, não há uma inclusão de uma gestão que é integrada e participativa, o que acaba contribuindo para uma persistência de desigualdades sociais. Se há falta de transparência e envolvimento da sociedade em planejamentos de ações, por conseguinte, é dificultado o acesso igualitário à água potável. Por isso, é necessário que essas políticas sejam discutidas publicamente por meio de

reuniões e submetidas ao Controle Social e, assim, garantirá que o direito à água não seja tratado como mercadoria, mas como um bem essencial para todos (Ferreira; Ramos; Bernardes, 2015). Deste modo, destaca-se que a política pública voltada à perfuração de poços em Quaraí apresenta-se como um programa de governo que é incluído no Plano Plurianual (PPA) do município, com debate em audiência pública, o que representa um desenvolvimento na institucionalização da participação social junto ao fortalecimento do controle democrático em ações de acesso à água no meio rural.

A experiência da Articulação do Semiárido (ASA), relatada por Duque (2015), as organizações sociais passaram a propor algumas alternativas sustentáveis, como as cisternas dos programas P1MC (Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais) e P1+2 (Uma terra e duas águas), que são voltadas tanto para o consumo quanto para a produção. Apesar dos avanços, dificuldades foram notórias com as exigências formais do Estado, que nem sempre conseguem se adaptar à realidade das famílias.

Na trajetória das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro passou por transformações significativas nas últimas décadas, sendo marcadas com o reconhecimento da agricultura familiar como categoria política e social legítima. Grisa e Schneider (2015) ajudam a explicar que esse processo foi possível por ter uma criação de espaços de participação social, fortalecimento da democracia e surgimento de novos atores coletivos. As chamadas três gerações de políticas, que é a agrícola, a social e de mercados, evidenciam como os referenciais que guiam as ações do Estado são construídos de disputas de ideias e de representações sobre o que é o problema público.

Para pensar de uma forma mais clara e organizada em relação às políticas públicas de acesso à água, como é o caso da perfuração de poços artesianos em Quaraí, é útil entender como ocorre o ciclo das políticas públicas. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2020), esse ciclo tem sete etapas: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção. Esse percurso, mesmo que não aconteça sempre de forma linear, é tido como uma ferramenta prática para os gestores, técnicos e pesquisadores para entender como as políticas constroem e se transformam com o tempo. O autor ajuda a simplificar uma realidade que é, muitas vezes, bastante complexa, evidenciando as diferentes experiências. Essa política pública se materializa nos programas de governo contidos no PPA.

2.2 Planejamento Orçamentário

O planejamento orçamentário é composto por três instrumentos, que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), o PPA funciona em um médio prazo e ajuda a definir as metas e objetivos do governo para um período de quatro anos, também pensando nas ações governamentais que tenham uma continuidade por mais tempo. A LDO entra como um elo entre o PPA e a LOA, ela define quais serão as principais prioridades, diretrizes da política fiscal, orientar a elaboração do orçamento, alterações na legislação tributária, política de fomento e política de pessoal para o período de um ano. Na LOA estão previstas as receitas que o governo espera arrecadar e as despesas que pretende realizar para o período de um ano, delineando onde e como esses recursos públicos são aplicados (Lima, 2022). Todos esses instrumentos ajudam no planejamento das ações governamentais para que tudo esteja alinhado à execução orçamentária com responsabilidade e transparência na administração pública. Dessa forma pode ser verificado a execução da política pública dos poços artesianos nas comunidades rurais.

O princípio do planejamento regionalizado, previsto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, fortalece que o PPA seja estruturado com base nas especificidades das regiões que compõem o território. Essa regionalização pode ser mais visível em esferas maiores, como o federal e o estadual, porém os municípios também devem buscar adaptar suas ações conforme as realidades locais, mesmo que envolva divisões simples, como zona urbana e rural, distritos ou bairros. O planejamento fica mais eficiente com essa abordagem, porque ajuda nas desigualdades territoriais e facilita a execução das ações propostas. Como apontam os estudiosos da área, não é o suficiente apresentar um planejamento regionalizado se não houver uma boa metodologia para executar o orçamento de forma compatível para tal divisão (Andrade, 2010).

É importante definir que as metas no PPA são essenciais para garantir que os programas governamentais tenham bons resultados. Segundo a Constituição Federal de 1988, as metas, que são basicamente os resultados da realização de programas e ações governamentais, sendo necessário que sejam expressas de maneira física e financeira. Ao quantificar as metas, a administração pública ganha meios mais eficientes para monitorar, avaliar e controlar melhor os custos, que, por conseguinte, aumenta a efetividade das ações. Por isso, é importante entender que as metas sejam pensadas já na criação do PPA, para ter medidas mais claras com melhores resultados. Sendo assim, os projetos podem ser acompanhados de perto e avaliados de forma concreta em relação ao benefício real na vida da população (Andrade, 2010).

O orçamento público, especialmente quando se trata de programas de governo previstos no PPA, exige transparência e abrangência de sua elaboração. Segundo Giacomoni (2010), o princípio da universalidade denomina que o orçamento público deve possuir todas as receitas e despesas do Estado, garantindo ao Legislativo a chance de conhecer previamente as ações governamentais para autorizar sua realização e controlar os tributos que são necessários. Já o princípio da discriminação ou especialização requer que os recursos públicos sejam detalhados em relação à origem e aplicação, autorizando uma fiscalização eficiente com planejamento adequado. Além disso, o princípio da programação demonstra que a evolução do orçamento pode ser usada como ferramenta de gestão, englobando metas e objetivos governamentais para a alocação de recursos. Assim, iniciativas como a perfuração de poços artesianos tendem a ser incorporadas ao orçamento de forma clara, minuciosa e em consonância com os planos públicos, o que facilita um planejamento e um controle eficientes.

O orçamento público exerce três funções essenciais para ter um bom uso dos recursos e o avanço do bem-estar social. Segundo Giacomoni (2010), a função alocativa justifica a ação estatal em áreas onde o mercado não consegue atuar de forma eficiente, como investimentos em infraestrutura econômica e bens públicos, como a água potável. Nesse contexto, a construção de poços artesianos em zonas rurais se encaixa perfeitamente, pois é um bem público que não seria concedido pelo mercado. A função distributiva seria a correção das falhas do mercado e uma melhor distribuição da riqueza, incluindo as políticas públicas que atendem populações mais carentes. O projeto dos poços adere a essa função, pois há a redução das desigualdades ao fornecer água potável para comunidades que, de outra forma, poderiam ficar excluídas do acesso a esse recurso básico. Por fim, a função estabilizadora é a responsável por controlar as variáveis macroeconômicas de políticas fiscais, como o emprego e a inflação. Desta maneira, o governo pode garantir que investimentos em infraestrutura estimulem a economia local, como em áreas mais vulneráveis.

A construção de poços artesianos comunitários na zona rural, quando incluída no PPA, passa a ter prioridades na administração pública municipal. Segundo Lima (2022), a execução orçamentária da despesa segue três etapas: empenho, liquidação e pagamento. Essas fases ajudam a garantir que os recursos que estão previstos na LOA, oriundo do planejamento de médio prazo do PPA, sejam aplicados corretamente. No contexto dos projetos municipais, o empenho garante uma reserva para os recursos, a liquidação é a comprovação da execução dos serviços contratados, e o pagamento é a finalização do processo para que o bem público chegue à população com responsabilidade fiscal e transparência.

Mesmo com a previsão no PPA, há uma necessidade para o reforço nos valores alocados para as demandas maiores ou imprevistos na LOA. Nesses casos, conforme explica Lima (2022), a administração pública pode ter créditos adicionais, especialmente os créditos suplementares, que ajudam a complementar dotações orçamentárias que já são existentes. Isso permitirá, por exemplo, que o programa de perfuração de poços artesianos seja melhorado ou reforçado sem comprometer a execução orçamentária conforme a lei. Além dos créditos suplementares, existem também os especiais, que são voltados para a criação de novas despesas não previstas inicialmente, e os créditos extraordinários, destinados ao atendimento para situações de emergência, como calamidades públicas. Dessa forma, os créditos adicionais servem como instrumentos de flexibilidade e ajuste, mantendo a constância e a efetividade das políticas públicas essenciais.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção é apresentada a classificação da pesquisa, o método escolhido, as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise de dados.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa aplicada se apoia em descobertas com pesquisa onde o foco principal está na utilidade prática do conhecimento, ela é voltada para soluções concretas e imediatas que atendam a necessidades específicas da realidade em que está inserida. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva busca detalhar as características de uma população ou fenômeno, utilizando, para isso, técnicas padronizadas para a coleta de dados. Pode-se investigar aspectos como idade, sexo, escolaridade ou condições sociais, como moradia e saúde.

Conforme Gil (2008), na abordagem qualitativa a análise dos dados é mais livre e pessoal, onde busca entender o fenômeno. E neste caso, cada pesquisador pode usar sua própria experiência e jeito de trabalhar para interpretar o que é encontrado. Já na abordagem quantitativa os dados numéricos precisam ser organizados, tabulados e depois analisados minuciosamente, o que possibilita a verificação da mensuração dos fenômenos em estudo.

Quando aos procedimentos foi utilizado o estudo de caso que é uma investigação empírica que busca entender o fenômeno atual dentro do seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre ambos não estão muito claras (Yin, 2005). No presente estudo foram coletados dados primários, obtidos diretamente com os participantes, também em documento de forma que contribua com os resultados.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e questionário. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental utiliza

fontes que não passaram por análise prévia, permitindo que sejam reexaminadas ou reinterpretadas conforme os objetivos do estudo. Essas fontes podem ser tanto documentos oficiais quanto relatórios de pesquisa.

A pesquisa documental foi feita com a análise de documentos oficiais da Prefeitura de Quaraí e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal. Foram pesquisados os documentos relacionados aos poços artesianos, o Plano Plurianual (PPA) de 2022 a 2025, bem como relatórios de execução orçamentária e cronogramas de execução dos poços artesianos.

Segundo Gil (2008), a entrevista semiestruturada é mais livre e flexível, em que o entrevistador pode adaptar as perguntas de acordo com o andamento da conversa, o contexto e também o perfil do entrevistado. Também destaca que essa liberdade exige o preparo e sensibilidade do entrevistador, e, portanto, deve conduzir a conversa com foco e propósito mesmo sem ter um roteiro que seja rígido.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os gestores responsáveis pelo projeto, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí (E1), o Ex-Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal (E2) e uma Auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (E3). O roteiro de entrevista foi elaborado com base no objetivo da pesquisa e da revisão da literatura, com perguntas semiestruturadas para a conversa, mas também permitindo outras questões para incentivar a reflexão espontânea do entrevistado. O roteiro de entrevistas semiestruturadas, destinado aos gestores, foi testado antes de ser aplicado, para garantir que esteja alinhado ao objetivo da pesquisa e realmente contribua para a análise do tema.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas de forma presencial no mês de setembro de 2025 aos três responsáveis pela condução do projeto, sendo devidamente gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. Esses profissionais têm um papel estratégico na execução da política pública, e suas contribuições foram fundamentais para compreender os desafios enfrentados e os resultados alcançados até o momento. Também foi lido pelo entrevistador e assinado pelos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Segundo Gil (2008), o questionário é uma forma prática para coletar informações do que as pessoas pensam, sentem ou viveram sobre determinado assunto. Neste caso, não é somente fazer perguntas, é preciso transformar o objetivo da pesquisa em questões pensadas, organizadas e claras.

O questionário da pesquisa foi elaborado com base no objetivo da pesquisa e na revisão da literatura. A construção das perguntas buscou obter os dados objetivos e também as

percepções subjetivas dos participantes. Para isso, o instrumento contou com perguntas fechadas, que possibilitam uma melhor sistematização e análise quantitativa das respostas, e perguntas abertas aos respondentes, expressando livremente suas opiniões, experiências e sugestões. Essa combinação possibilitou uma compreensão mais ampla e profunda para entender os benefícios sociais e econômicos gerados pela implantação do projeto dos poços artesianos. Antes de iniciar a aplicação do questionário, foi feito um teste com não participantes da pesquisa. Essa etapa serviu para verificar se as perguntas estavam claras, compreensíveis e adequadas ao contexto das comunidades.

O questionário foi aplicado aos moradores da zona rural que foram beneficiados com os poços artesianos no mês de setembro de 2025. Esta etapa envolveu os moradores selecionados com uma análise das percepções e experiências relacionadas ao acesso e uso dos poços artesianos. O questionário foi aplicado com 10 beneficiários em 08 comunidades das 23 que receberam os poços artesianos, ocorrendo de forma presencial e por meio do *Google Forms*, conforme mais conveniente para cada participante. A escolha por esse formato buscou respeitar o tempo e a rotina das pessoas do meio rural, além de facilitar o alcance em localidades mais distantes.

Os dados coletados foram realizados por meio da técnica da análise interpretativa, onde possibilitou analisar dados dos documentos, das entrevistas semiestruturadas e dos questionários que foram organizados em tabelas e calculados em porcentagens para fazer a comparação e verificação de padrões nos resultados, buscando abranger as intenções, os resultados e as percepções do estudo. Segundo Severino (2014), na análise interpretativa, entende-se que ocorre quando o leitor vai além da compreensão do texto e passa a combinar uma análise crítica com seu conteúdo. Esse processo de leitura exige não apenas a assimilação das ideias expostas, mas também a reflexão sobre todos os significados que estão presentes.

A análise interpretativa foi orientada pelos critérios de eficácia, eficiência e efetividade, em conjunto com os objetivos específicos da pesquisa descritos na estratégia de cumprimento dos objetivos. Segundo o Manual da Metodologia para Avaliação da Execução de Programas de Governo da Controladoria-Geral da União (CGU), a avaliação de políticas públicas deve considerar os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, onde a eficiência diz respeito à utilização racional dos recursos disponíveis, buscando-se alcançar os resultados propostos com o menor custo possível; a eficácia refere-se ao grau de realização das metas previstas, indicando se as ações planejadas foram executadas conforme estabelecido; e a efetividade está relacionada aos benefícios mais amplos e duradouros na sociedade, considerando se os objetivos que motivaram a criação da política foram, de fato, atingidos (Brasil, 2015). Ao se observar esses

três aspectos de forma integrada, é possível construir uma análise mais completa sobre a gestão dos recursos, que vá além do cumprimento de metas formais e considere também os efeitos concretos gerados na vida dos cidadãos.

4. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, iniciando pelo perfil dos participantes da pesquisa, seguido da análise sobre os poços artesianos nas comunidades rurais, os investimentos realizados para sua construção e os benefícios gerados pelo acesso à água potável.

4.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com dois grupos principais, pelos beneficiários dos poços artesianos no qual responderam a um questionário, em que visa entender como o projeto beneficiou suas rotinas e como foram suas percepções sobre a iniciativa. O segundo grupo foi composto por gestores públicos que estavam envolvidos na execução do projeto desde o começo, com os quais foram realizadas entrevistas para conhecer melhor o processo de implantação, as etapas do projeto, os desafios enfrentados e outras informações relevantes para o estudo. A Tabela 01 apresenta o perfil dos participantes das comunidades onde foram instalados os poços artesianos a partir dos questionários aplicados.

Tabela 01 – Perfil dos participantes das comunidades

Questionários	Sexo	Idade	Tempo na comunidade (anos)	Local	Nº Pessoas na residência	Idosos ou crianças	Pecuária ou agricultura
Q1	F	79	40	Sal Sal	3	Sim	Não
Q2	F	63	11	Areal	5	Sim	Sim
Q3	M	54	54	Rincão dos Mena Barreto	4	Sim	Sim
Q4	F	49	30	Boa Querência	2	Não	Sim
Q5	F	37	15	Boa Querência	4	Não	Sim
Q6	M	80	23	Areal	2	Sim	Sim
Q7	F	56	30	Sal Sal	2	Sim	Sim
Q8	F	58	5	Areal	2	Não	Não
Q9	F	61	30	Garupa	2	Sim	Não
Q10	F	51	42	Areal	8	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A partir da análise da Tabela 01, é possível observar que houve participantes da pesquisa em dez famílias rurais em oito comunidades diferentes de cinco regiões do município (Sal Sal,

Areal, Rincão dos Mena Barreto, Boa Querência e Garupa). Juntas, essas famílias somam 34 pessoas, vivendo nas propriedades beneficiadas, onde predominam a agricultura familiar e a pecuária como uma das principais fontes de renda. Entre os participantes, oito são mulheres e dois são homens, o que mostra uma presença feminina de 80% na pesquisa e evidencia uma forte presença das mulheres na produção e organização das comunidades rurais, especialmente os feirantes, das quais cinco participaram do estudo.

A média de idade dos entrevistados é de 59 anos, e o tempo médio de moradia nas comunidades é de aproximadamente 30 anos, evidenciando que as famílias têm um forte vínculo com o meio rural e experiência nas atividades do campo. Das dez residências, em sete há crianças ou idosos, benefícios para famílias de diferentes gerações, melhorando condições de vida das pessoas que costumam enfrentar maiores dificuldades no meio rural.

Em relação ao uso das propriedades, sete famílias afirmaram que desenvolvem atividades agropecuárias, sendo três voltadas à agricultura, duas à pecuária e duas para ambas atividades. Esses dados evidenciam que os poços artesianos não apenas ajudam a garantir que tenha um abastecimento doméstico, mas também é uma parte essencial para a produção e o sustento das famílias. Como observa Duque (2015), o acesso à água no meio rural pode nascer da força de comunidades que estão cansadas das soluções emergenciais, como os carros-pipa, demonstrando que há dificuldade de viver e produzir no campo sem acesso contínuo e adequado à água. A Tabela 02 apresenta o perfil dos gestores participantes, na qual fizeram parte do programa dos poços artesianos comunitários.

Tabela 02 – Perfil dos gestores participantes

Entrevistado	Sexo	Idade	Tempo de atuação	Cargo
E1	F	30	2 anos	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí
E2	M	54	3 anos e 6 meses	Ex-Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal
E3	F	32	4 anos e 8 meses	Auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Na análise da Tabela 02, observa-se que entre os gestores, foi entrevistada a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí (E1), o Secretário Municipal de Agricultura (E2) e uma auxiliar administrativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (E3). O grupo é composto por duas mulheres (30 anos e outra de 32 anos) e um homem (54 anos), com tempo de atuação médio de 5 anos no cargo. Todos

participaram na execução do programa de poços artesianos, acompanhando desde a seleção, idealização, coordenação e acompanhamento do programa dos poços artesianos comunitários.

Os gestores destacaram que o projeto dos poços nasceu a partir de uma demanda direta (E2, E3), identificada em reuniões e visitas de campos, em que as comunidades rurais estavam solicitando. As famílias beneficiadas relataram dificuldades severas de acesso à água potável (E1), o que, por conseguinte, compromete a produção, a higiene e a permanência no campo. A partir dessa realidade, a prefeitura decidiu criar uma ação para auxiliar as famílias rurais, com planejamento orçamentário e com intenção de ter resultados sociais concretos (E2). Como aponta Duque (2015), as iniciativas, mesmo sendo políticas públicas, surgiram da base e apenas depois foram inseridas pelo governo, reforçando o papel da participação popular na construção de boas soluções, que podem ser bastante duradouras.

Ao observar os dois perfis, das famílias e o dos gestores, notou-se um propósito similar, em que ambos os lados valorizam o projeto como um marco de transformação rural e o acesso à água potável passou a representar mais do que infraestrutura, caso que virou sinônimo de estabilidade, saúde e também de esperança.

4.2 Poços Artesianos nas Comunidades Rurais

Na análise da eficácia do projeto, observa-se nas respostas das entrevistas com os gestores que o projeto foi planejado no início de 2022 (E2, E3) e previa a perfuração de 30 (trinta) poços artesianos (E1, E3). Com a execução orçamentária e o acompanhamento técnico durante a execução do projeto, o número final chegou a 25 (vinte e cinco) poços entregues até meados do ano de 2025, ficando abaixo das metas iniciais.

A seleção das comunidades ocorreu por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER), com a participação social das famílias que desejavam ser contempladas nesse projeto com o poço artesiano (E1, E2, E3). As famílias apresentavam sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e renda predominantemente rural, sendo utilizado pelo município para priorizar as famílias mais vulneráveis (E2). Esse critério é uma ampliação do caráter social e justo da política, voltada a quem dependia da água para viver e produzir. Neste sentido, Grisa e Schneider (2015) ajudam a entender que políticas públicas, como a dos poços, não são apenas ações técnicas ou operacionais, visto que fazem parte de uma construção social mais ampla, onde o Estado e a sociedade civil promovem sentidos, prioridades e instrumentos que podem garantir direitos básicos.

Os gestores também relataram desafios, como as licenças ambientais (E1), o transporte de equipamentos para áreas de difícil acesso e o clima seco (E2, E3). Mesmo assim, o programa foi executado conforme o cronograma, com a devida fiscalização da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal (E1) e acompanhamento das comunidades beneficiadas (E1).

Do ponto de vista das famílias, os relatos confirmam que a importância da iniciativa significou muito, principalmente no que diz respeito ao apoio emocional e material que receberam (E1). Muitos afirmam que, antes dos poços, passavam semanas sem água potável, dependendo de caminhões-pipa ou de fontes impróprias (E3). Agora, com os poços funcionando, a água chega limpa, facilitando o estudo e a estabilidade para essas famílias (E2). Este e outros casos de propostas semelhantes à dos poços artesianos comunitários em Quaraí mostram como esses tipos de ações transformam realidades locais. Conforme a pesquisa de Duque (2015), garantir o direito à água vai além da obra física, mas também envolve ouvir as comunidades, adaptar às regras à vida local e fazer políticas públicas com humanidade.

Portanto, tanto os gestores quanto beneficiários reconhecem a importância dessa ação, em que para uns, houve realização de uma política pública eficiente (E2, E3); para outros, a conquista de um bem transformou o cotidiano (E1).

4.3 Investimento em Poços Artesianos

Na análise da eficiência do projeto, evidencia-se que os poços artesianos comunitários foram financiados com recursos próprios da Prefeitura de Quaraí, totalizando R\$ 1.131.021,39, previstos no Plano Plurianual (2022–2025). Entretanto, conforme a análise de documentos fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal e também com a verificação no Portal da Transparência do município, determinou-se que foram construídos 25 poços artesianos entre os anos de 2022 e 2025, com um investimento de R\$ 838.318,03. Esse valor representa a execução real do programa, evidenciando que houve um uso responsável dos recursos, coerência entre planejamento e entrega de metas físicas e financeiras estabelecidas pelo município.

Durante as entrevistas, os gestores explicaram que o controle dos gastos foi feito pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal em conjunto com a área contábil do município, com fiscalização em cada etapa do processo (E2, E3). Essa integração entre as áreas garantiu transparência e eficiência na aplicação dos recursos, que ajudou a evitar desperdícios e garantir a entrega dos poços com qualidade (E2).

Nesse sentido, os poços passaram por testes laboratoriais para comprovar a potabilidade da água, com a devida responsabilidade técnica e compromisso com a saúde pública (E1, E2). Um gestor destacou que a prioridade não era apenas perfurar, mas também com o objetivo de garantir poços duradouros e seguros (E3). Já do ponto de vista dos moradores, a percepção também é positiva, em nenhum dos questionários foi relatado problemas na execução ou na entrega, e todos afirmaram estar satisfeitos com o resultado. Muitos disseram que o investimento trouxe retornos, e que eliminou as necessidades de gastos com a compra de água potável. A percepção otimista das famílias e a redução de gastos mostram que, com a garantia do acesso à água potável e segura, há uma contribuição para uma vida mais saudável e digna. Para Morlin e Euzébio (2019) esse feito representa a efetivação do direito à água como um bem essencial à qualidade de vida. A Tabela 03 apresenta as percepções que os participantes tiveram sobre a atuação da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal na implementação do programa.

Tabela 03 – Ações relacionadas à Prefeitura e à Secretaria

Afirmção	Disc.	Disc.	Não Conc.	Conc.	Conc.
	Total	Parc.	Nem Disc.	Parc.	Total
A Prefeitura ou a Secretaria de Agricultura tem considerado a opinião da comunidade sobre o poço.	0%	10%	10%	40%	40%
Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesanais foi implementado aqui.	0%	0%	0%	0%	100%
O governo municipal tem mostrado preocupação em melhorar o saneamento (acesso à água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) na nossa comunidade rural.	20%	30%	20%	10%	20%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação a análise da Tabela 03, as ações do programa de poços artesanais da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Bem-Estar Animal é majoritariamente positiva: 80% dos participantes percebem que as opiniões dadas pelas comunidades são consideradas, e 100% estão satisfeitos com a execução do projeto. Contudo, 50% notam que ainda há uma preocupação em relação ao governo com o saneamento básico, ainda demonstrando barreiras nessa área, como à coleta de esgoto e de lixo. Por outro lado, a divergência da satisfação do abastecimento e a preocupação presente em relação ao saneamento básico ainda evidencia um desafio importante. Para Ferreira, Ramos e Bernardes (2015), as políticas públicas, voltadas apenas ao fornecimento de água, sem ter nenhuma gestão integrada e participativa, podem manter desigualdades sociais e dificultar o acesso igualitário aos serviços de saneamento básico.

Essa convergência entre o olhar técnico dos gestores e das famílias mostra que o programa conseguiu atingir um equilíbrio entre planejamento, execução e benefício social e econômico, considerando a eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos.

4.4 Benefícios do Acesso à Água Potável

Na análise da efetividade do projeto, evidencia-se que o acesso à água potável é um dos responsáveis pelas transformações percebidas pelas famílias beneficiadas pelo programa dos poços artesianos. Com a implementação dessa política pública, foram proporcionados benefícios diretos na qualidade de vida, na saúde, na economia doméstica e também no relacionamento das comunidades. A seguir, a Tabela 04 apresenta os principais benefícios relatados pelas famílias beneficiárias em relação ao uso dos poços artesianos.

Tabela 04 – Benefícios para as famílias

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
O poço artesiano facilitou muito as tarefas do dia a dia da sua família.	0%	0%	0%	0%	100%
O acesso à água do poço melhorou a saúde de todos na sua casa.	0%	0%	0%	0%	100%
Me sinto mais seguro(a) em relação à disponibilidade de água por causa do poço artesiano.	0%	0%	0%	0%	100%
Não preciso mais gastar dinheiro comprando água ou dependendo de caminhões-pipa.	0%	0%	0%	0%	100%
O tempo que eu levava para buscar água agora é usado para outras atividades mais produtivas.	0%	10%	0%	0%	90%
A água do poço artesiano atende a todas as necessidades da minha casa e da minha propriedade.	0%	10%	0%	0%	90%
A chegada do poço artesiano reduziu minhas preocupações com doenças causadas por água suja ou	0%	10%	0%	0%	90%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Na análise da Tabela 04, os resultados revelam unanimidade em algumas afirmações, 100% dos beneficiários afirmaram que o poço facilitou as tarefas do dia a dia, bem como melhorou a saúde e garantiu segurança quanto à disponibilidade de água potável, além da eliminação total da dependência de caminhões-pipa e outros meios, significando redução do tempo gasto para buscar água, redirecionado para atividades produtivas, como plantio e criação de animais. Em conformidade com Duque (2015), a eliminação de caminhões-pipa e o melhor acesso à água, mostra que a necessidade das mudanças estruturais pode surgir da demanda das próprias comunidades, cansadas de soluções emergenciais. Com isso, o tempo que era gasto na busca de água pode ser direcionado para atividades que são produtivas para a comunidade.

Nas entrevistas com os gestores, o benefício social e econômico para as famílias foi imediato, pois, em situações de várias comunidades, as famílias que pensavam em deixar o campo decidiram permanecer após a chegada do poço. No entanto, o programa não só forneceu água, mas também fortaleceu a permanência dessas famílias rurais, estimulando a produção local e evitando o deslocamento para outro local (E3). O benefício do projeto resultou para a permanência das famílias rurais, reforçando a ideia de que garantir o direito à água potável é um direito essencial. Neste sentido, Duque (2015) evidencia que as políticas públicas em consideração com a humanidade e necessidades da população são indispensáveis, pois ao oferecer soluções estruturais, permitem que famílias continuem morando na região sem depender de alternativas temporárias. A Tabela 05 demonstra a percepção dos benefícios do poço artesiano para a comunidade.

Tabela 05 - Benefícios para a comunidade

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
O uso compartilhado do poço artesiano fortaleceu a união na nossa comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
Acredito que o poço artesiano trará mais benefícios para nossa região no futuro.	0%	0%	0%	0%	100%
O saneamento básico (acesso à água potável, à coleta de esgoto e à coleta de lixo) melhorou a qualidade de vida na minha casa e em toda a comunidade.	10%	40%	0%	10%	40%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação à análise da Tabela 05, 100% dos participantes afirmaram que o uso compartilhado do poço ajudou a fortalecer a união comunitária. Além disso, 100% dos beneficiários acreditam que o poço artesiano trará benefícios para o futuro, como estabilidade no abastecimento e fomento à produção rural. Já em relação ao saneamento básico, as respostas são divididas, em que 50% concordam que houve melhoria na qualidade de vida com o acesso à água potável, enquanto os outros 50% demonstram discordância, pois, ainda falta à coleta de esgoto e de lixo.

Embora o abastecimento de água potável tenha melhorado significativamente nas residências, ainda existem carências quanto à coleta de esgoto e à destinação de lixo, apontando necessidade para ampliação das políticas públicas para o saneamento rural. Por outro lado, Ferreira, Ramos e Bernardes (2015) apontam a necessidade para que as políticas públicas considerem o saneamento básico de forma mais integrada envolvendo a sociedade nos planejamentos, e não apenas o abastecimento de água potável. A Tabela 06 mostra as respostas dos participantes em relação à conservação e tratamento dos poços artesanais.

Tabela 06 - Ações relacionadas à conservação e tratamento dos poços

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
A comunidade está envolvida em manter o poço artesiano funcionando com água potável.	0%	0%	0%	10%	90%
Tenho consciência de que é preciso usar a água do poço com responsabilidade para não acabar com a mesma.	0%	0%	0%	0%	100%
Há informações sobre como usar e cuidar do poço e são claras.	50%	20%	10%	10%	10%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A análise da Tabela 06, demonstra que 90% dos beneficiários percebem o envolvimento comunitário na manutenção dos poços e 100% acreditam na importância do uso responsável da água. Contudo, 70% afirmam que as informações sobre uso e cuidados com o poço não foram tão claras, na hora da entrega, nem depois para a comunidade, evidenciando uma barreira na comunicação técnica. Diante disso, é interessante ter ações educativas e capacitações contínuas sobre a conservação, limpeza e uso racional da água, conforme sugerido pelos entrevistados. Nascimento, Campos e Costa (2021) destacam que o aumento excessivo do consumo de água, vem gerando preocupações, e que é preciso ter conscientização por parte da população, pois não adianta só falar dos riscos ou problemas ambientais que podem ser gerados no futuro. O que poderia funcionar melhor, como em caso de escassez hídrica, é mostrar como isso pode trazer vantagens, como economia financeira ou melhoria no cotidiano. A Tabela 07 evidencia como os participantes percebem as condições presentes de saneamento básico em suas residências.

Tabela 07 - Ações relacionadas ao saneamento básico

Afirmção	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
Na minha casa, temos um sistema adequado para descartar o esgoto e a água suja.	40%	0%	0%	0%	60%
O descarte do esgoto da minha casa não prejudica a saúde da minha família ou da comunidade.	10%	0%	0%	10%	80%
Entendo que o saneamento básico (água limpa, esgoto tratado, coleta de lixo) é fundamental para a saúde.	0%	0%	0%	0%	100%
O governo municipal também forneceu esgoto junto à implementação do poço	70%	10%	0%	10%	10%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A análise da Tabela 07, demonstra que o saneamento básico ainda é persistente nas áreas rurais. Cerca de 60% afirmaram que possuem um sistema adequado de descarte de esgoto, enquanto 40% afirmam que não possuem. Os 100% dos beneficiários reconhecem a importância do saneamento básico para a saúde (água limpa, esgoto tratado e coleta de lixo). E 80% afirmam que o governo municipal não forneceu condições para a implantação do esgoto, evidenciando que ainda há insuficiência de infraestrutura do saneamento básico. Para Anjos *et*

al. (2024), é essencial o fornecimento do saneamento básico, além da responsabilização do uso dos recursos hídricos e a preservação da água por parte da população evidenciando que as ações não podem ser apenas temporárias ou depender apenas de uma gestão política específica, mas que haja continuação da mesma, independente do governo. Por fim, a Tabela 08, é um resumo da avaliação geral dos beneficiários quanto às percepções após a implementação dos poços artesianos.

Tabela 08 - Avaliação geral e percepção de mudança

Afirmação	Disc. Total	Disc. Parc.	Não Conc. Nem Disc.	Conc. Parc.	Conc. Total
Antes do poço artesiano, vocês tinham muitas dificuldades para conseguir água limpa em casa.	10%	10%	0%	20%	60%
A qualidade da água do poço artesiano é potável para beber e para todas as nossas necessidades.	0%	0%	0%	0%	100%
O poço artesiano comunitário é uma solução duradoura e muito importante para sua comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
Estou satisfeito(a) com a maneira como o projeto dos poços artesianos foi implementado na comunidade.	0%	0%	0%	0%	100%
O poço está localizado em um terreno da prefeitura, com autorização legal, e sua manutenção é fiscalizada pela própria prefeitura.	90%	10%	0%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação a análise da Tabela 08, 100% dos beneficiários consideram que a água do poço é potável para consumir e adequada para as necessidades domésticas e de produção. Todos também se sentiram satisfeitos com a execução do projeto, reconhecendo o poço como uma solução essencial para a comunidade, além de ser duradoura. Não obstante, 90% dos beneficiários relataram que o poço está em terreno particular. Isso indica a importância de ter acompanhamento técnico e administrativo por parte da Prefeitura para assegurar uma manutenção adequada de longo prazo.

Ao olhar pelos dois lados, percebe-se que os gestores veem o projeto como uma iniciativa forte e com futuro por parte da política pública, e as famílias enxergam como uma mudança decisiva pode trazer mais tranquilidade, dignidade e esperança para quem vive no campo. O consenso positivo entre os estudos com os gestores e as famílias evidenciou dignidade e esperança, destacando a importância da conservação da água e do acesso a esse recurso essencial. Para Morlin e Euzébio (2019) é importante uma garantia de água potável, um bem indispensável para a população, sendo fundamental para reduzir a vulnerabilidade e assegurar uma saúde de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de perfuração de poços artesianos comunitários em Quaraí demonstrou que políticas públicas como essas, quando há um bom planejamento orçamentário com responsabilidade, podem transformar a realidade de pessoas que realmente necessitam desse auxílio e atenção. Neste caso estudado, o acesso à água potável mudou a rotina das famílias rurais, oportunizou melhor saúde, reduziu custos e também fortaleceu os laços comunitários.

Entre as análises dos gestores e dos beneficiários, foi possível afirmar que o projeto atingiu parcialmente suas metas iniciais, com 25 poços entregues dos 30 que foram planejados inicialmente, demonstrando comprometimento e resultados ainda significativos, para o previsto, aplicando os recursos correspondentes aos poços entregues às comunidades. Assim, o projeto foi eficaz, garantindo o acesso à água potável para diversas comunidades rurais; eficiente, por ter uma boa aplicação dos recursos públicos e fiscalização; e efetivo, por gerar benefícios sociais e econômicos para as comunidades atendidas.

Por parte dos gestores, houve sensibilidade ao ouvir as demandas da população e transparência na condução do processo. A atuação conjunta da Prefeitura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi uma atuação responsável para a execução do programa, favorecendo benefícios a quem realmente precisava.

As respostas das famílias mostram que há um lado mais humano no projeto, em que para elas, a água representa mais do que uma necessidade, mas um sinônimo de vida. Ao poder abrir uma torneira e ver que agora tem uma água limpa para beber e utilizar na sua propriedade, significa ter saúde, dignidade e esperança para um futuro mais próspero.

Apesar de ter resultados positivos, ainda persistem alguns desafios. É preciso manter o acompanhamento técnico e as análises de qualidade da água, ampliar o alcance do projeto atendendo novas localidades, ter ações educativas sobre o uso e preservação do poço, além da transparência contínua dos investimentos e resultados por parte da Prefeitura. Outrossim, o desafio é integrar a iniciativa junto a uma visão mais ampla de saneamento básico, abordando questões importantes como coleta de esgoto e destinação adequada de lixo, beneficiando de forma positiva na saúde e qualidade de vida da população rural.

Conclui-se, portanto, que o projeto de poços artesianos de Quaraí foi uma experiência bem sucedida da administração pública e participação da comunidade. Ele mostra que, quando o poder público trabalha com empatia e escuta os moradores e comunidades do município, é possível transformar desafios em realidades, levando não apenas água, mas dignidade, futuro e inclusão para o meio rural.

Entre as limitações da pesquisa, é relevante considerar o fato de o estudo ter se concentrado apenas no município de Quaraí, o que, por conseguinte, restringe a generalização

dos resultados obtidos para outros municípios. Além disso, o número reduzido de participantes da pesquisa pode se mostrar pequena em relação às famílias beneficiadas. Assim sendo, a coleta de dados ocorreu em um período específico, não permitindo observar as mudanças a longo prazo nas comunidades ou nos benefícios sociais e econômicos das comunidades contempladas a partir do projeto de poços artesianos.

Em contribuição para pesquisas futuras, as análises e resultados apresentados podem servir de modelo para estudos comparativos entre outros municípios, além de avaliações de benefício de médio e longo prazos e análises voltadas para entender melhor a sustentabilidade hídrica de comunidades atingidas. Portanto, os resultados obtidos incentivam novas investigações sobre as participações comunitárias na gestão dos poços e também do papel que a administração pública tem em relação à manutenção e ampliação dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. **Planejamento governamental para municípios**: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANJOS, D. S.; LIMA, C. N.; SANTOS, A. S.; SANTOS, M. I.; SIQUEIRA, C. G.; FRAGA, L. E.; MEIADO, M. V. Qualidade da água de poços artesianos que abastecem a zona rural do Estado de Sergipe. **Revista Macambira**, Serrinha, BA, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/1368>. Acesso em: 31 mai. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Manual da metodologia para avaliação da execução de programas de governo**. Brasília: CGU, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual_aepg.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

DUQUE, G. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os programas P1MC e P1+2 - desafios da participação sociedade civil - governo. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 201-216. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Políticas_publicas.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

FERREIRA, H. M. R.; RAMOS, A. S. P.; BERNARDES, D. A. de M. A política de racionamento de água na cidade do Recife, Brasil: impactos e desigualdades nos assentamentos precários. In: CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. da P. (Orgs.). **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/7db08f28-404d-48e1-8419-bbeb17ae1b0e>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, I.; BRITTO, V. **Em 2023, um em cada três domicílios rurais era abastecido por rede geral de água**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42292-em-2023-um-em-cada-tres-domicilios-rurais-era-abastecido-por-rede-geral-de-agua#:~:text=Em%202023%2C%2085%2C9%25,8%25%2C%20na%20Regi%C3%A3o%20Sudeste. Acesso em: 4 jun. 2025.</p></div><div data-bbox=)

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015. p. 19-22. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Politicass_publicas.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quaraí (RS): panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/quarai/panorama>. Acesso em: 26 mai. 2025.

LIMA, D. V. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MORLIN, V. T.; EUZÉBIO, S. R. M. Direito à água: um direito humano de três dimensões. **Revista do Conselho Nacional do Ministério Público**, Brasília, DF, v. 260, n. 7, p. 59–81, jun., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36662/revistadocnmp.i7.102>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NASCIMENTO, A. C. L.; CAMPOS, P. O.; COSTA, M. F. Influência do foco regulador permanente e consciência ecológica no consumo consciente de água. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, RS, v. 11, n. 1, p. 138–161, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4333/0>. Acesso em: 10 abr. 2025.

OLIVEIRA, L. L.; CARVALHO, E. K. M. A.; SILVA, J. C.; MEDEIROS, M. D. G. N. Análise das Formas de Acesso à Água e a Incidência de DIP. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, PB, v. 7, n. 1, p. 102-115, jul., 2017. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/565>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. **Resolução A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010**. Reconhecimento do direito à água potável segura e ao saneamento como direito humano. Nova Iorque: ONU, 2010. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/687002/files/A_RES_64_292-EN.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

RODRIGUES, F. P.; GOULARTE, J. L. L.

PEREZ, M. A. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

QUARAÍ. **Lei Municipal n.º 3.845, de 19 de outubro de 2021**. Institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022–2025. Disponível em: Câmara Municipal de Quaraí/RS. Disponível em: <https://www.camaraquarai.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/5136>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS, J. G. Entre a seca e a cerca: um olhar histórico em torno das águas no Nordeste Brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 21, n. 59, p. 158-181, mar., 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13092>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do estudo científico**. São Paulo: Cortez, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOUNG, J. **Paradigmas da participação pública: uma análise da efetividade dos Comitês de Bacia do RS por meio da proposição de indicadores de desempenho**. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/4157/1/Juliana%20Young%202018%20tese.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.